



## (DE)BOVINIZAÇÃO, (DE)SERRANIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE NAS SIERRAS DE CÓRDOBA, ARGENTINA (2000-2020)

## (DE)BOVINIZATION, (DE)SERRANIZATION AND SOLIDARITY IN THE SIERRAS OF CORDOBA, ARGENTINA (2000-2020)

## (DES)BOVINIZACIÓN, (DES)SERRANIZACIÓN Y SOLIDARIDAD EN LAS SIERRAS DE CÓRDOBA, ARGENTINA (2000-2020)

JOAQUIN ULISES DEON FAVRE<sup>1</sup>  
NADIA ALEXANDRA BALMACEDA<sup>2</sup>

### RESUMO

Qual é a situação da população rural dispersa nas terras altas em relação à pecuária de pequena escala e ao avanço do mercado imobiliário, do turismo e da extração mineral nos departamentos de Totoral, Punilla, Colón, Calamuchita e Santa María, na província de Córdoba? Nos territórios da zona morfoclimática do Chaco Serrano, na porção leste das Terras Altas Pampeanas, as estruturas territoriais existentes não apenas moldam a paisagem na reprodução do capital, mas também geram conflitos sociais por alimentos, água e terra, como os que existem na região das Sierras Chicas, onde o despovoamento das terras altas por meio de queimadas controladas, desmatamento e destruição de bacias hidrográficas está deslocando as pequenas famílias de agricultores que historicamente ali viviam. Por meio de entrevistas, pesquisas de campo, análise de marcos regulatórios e fontes jornalísticas, documentamos aqui a (des)serranização em curso. A desterritorialização da vida nas montanhas e das práticas tradicionais de

<sup>1</sup> Geógrafo, Doutor em Estudos Sociais Agrários pelo Centro de Estudos Avançados (CEA) da Universidade Nacional de Córdoba (UNC). Doutor em Estudos Urbanos-Regionais pela Universidade Bauhaus de Weimar e pela Universidade Nacional de Córdoba (UNC). Pesquisador da carreira do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET). Professor adjunto de Organização Territorial Rural no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Humanidades da Universidade Nacional de Córdoba (UNC). Integrante do Centro de Estudos sobre Cultura e Sociedade (CIECS/CONICET-UNC). E-mail de contato: [joaquin.ulises.deon@unc.edu.ar](mailto:joaquin.ulises.deon@unc.edu.ar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6499-9322>.

<sup>2</sup> Licenciada em Nutrição. Mestra em Saúde Pública. Doutoranda em Estudos Sociais Agrários. Professora adjunta da disciplina Sistema Alimentar-Nutricional e Desenvolvimento Humano Socioambiental da Escola de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Córdoba (UNC). E-mail de contato: [nadia.balmaceda@unc.edu.ar](mailto:nadia.balmaceda@unc.edu.ar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3323-604X>.

Como citar este artigo:

FAVRE, Joaquin Ulises  
Deon; BALMACEDA,  
Nadia Alexandra.  
(De)bovinização,  
(de)serranização e  
solidariedade nas sierras  
de córdoba, Argentina  
(2000-2020).

Revista de Direito  
Socioambiental -  
REDIS,  
Morrinhos, Brasil,  
v. 03, n. 02, jul./dez.,  
2025, p. 174-205.

Data da submissão:  
01/12/2025

Data da aprovação:  
10/12/2025

criação de gado familiar ocorre cada vez mais em resposta ao desenvolvimento urbano e imobiliário, à extração mineral em larga escala, às atividades recreativas/turísticas e às iniciativas que priorizam serviços ambientais e turísticos em áreas despovoadas, comprometendo, assim, o habitat e as práticas agrícolas das montanhas. Esse processo de desterritorialização gera resistência e resiliência nas regiões montanhosas, sustentadas pela segurança alimentar e pela solidariedade urbano-rural contra a grilagem de terras, a expansão da mineração e o desenvolvimento imobiliário, que têm sérias consequências para os ecossistemas, as economias locais e a disponibilidade de água nas bacias hidrográficas.

**Palavras-chave:** (De)bovinização, Serras. Colinas. Território.

## ABSTRACT

What is the situation of the dispersed rural population in the highlands in relation to small-scale livestock production and the advance of real estate, tourism, and quarrying in the departments of Totoral, Punilla, Colón, Calamuchita, and Santa María in the Province of Córdoba? In the territories of the Chaco Serrano morphoclimatic zone, in the eastern portion of the Pampean Highlands, existing territorial structures not only shape the landscape in the reproduction of capital, but also generate social conflicts over food, water, and land, such as those that exist in the Sierras Chicas region, where the depopulation of the highlands through intentional fires, deforestation, and destruction of watersheds is displacing the small farming families who have historically lived there. Through interviews, field surveys, analysis of regulatory frameworks, and journalistic sources, we document here the ongoing (de)serranization. The deterritorialization of mountain life and traditional family cattle farming practices is increasingly occurring in the face of urban and real estate development, large-scale quarrying, recreational/tourist activities, and initiatives that prioritize environmental and tourism services through depopulated areas, thus undermining the habitat and agricultural practices of the mountains. This deterritorialization process is leading to resistance and resilience in the mountains, sustained by food security and urban-rural solidarity against land grabbing, the expansion of mining and real estate development, which have serious consequences for ecosystems, local economies, and water availability in watersheds.

**Keywords:** (De)bovinization. Hills. Territory.

## RESUMEN

¿Cuál es el estado de la población rural serrana dispersa en relación a la pequeña producción ganadera serrana y ante el avance inmobiliario, turístico y minero de canteras en los departamentos Totoral, Punilla, Colón, Calamuchita y Santa María en la Provincia de Córdoba? En los territorios del dominio morfoclimático del Chaco Serrano, en la porción oriental de las Serranías Pampeanas, las territorialidades presentes no sólo son modeladoras del paisaje en la reproducción del capital, sino también las generadoras de conflictos sociales por los alimentos, el agua y la tierra, como los que existen en la región de las Sierras Chicas donde el despoblamiento serrano a fuerza de incendios intencionales, desmontes y destrucción de cuencas hídricas está desterritorializando a las pequeñas familias agroganaderas que históricamente allí habitan. Mediante entrevistas, relevamientos a campo, análisis de marcos normativos y fuentes periodísticas documentamos aquí la (des)serranización en curso. Una desterritorialización de la vida serrana y de las prácticas ganaderas bovinas familiares cada vez mayor ante el avance urbano-inmobiliario, la megaminería de canteras, las actividades recreativas/turísticas y aquellas que tienden al cobro de planes de conservación ambiental priorizando los servicios ambientales y turísticos con campos despoblados, en detrimento del hábitat y las prácticas agro culturales serranas. Un proceso desterritorializador que está conllevando resistencias y re-existencias serranas sostenidas por la alimentación y la solidaridad urbano-rural contra el

acaparamiento de la tierra, el avance extractivista minero y del negocio inmobiliario con graves consecuencias en los ecosistemas, en las economías locales y en los daños a la disponibilidad de agua en las cuencas hídricas.

**Palavras clave:** (Des)bovinização. Sierras. Territorio.

## INTRODUÇÃO

A transferência de milhares de cabeças de gado, entre as décadas de 1980 e 2000, para as Serras de Córdoba e, posteriormente, a partir da década de 2010, da área central — Serras Chicas, Punilla, Paravachasca e Calamuchita — para as Serras do Sul de Córdoba, bem como para as províncias de San Luis, Santiago del Estero e Catamarca, foi denominada por Hocsman e Preda (2006) como processo de bovinização. Essa bovinização alterou profundamente as dinâmicas produtivas locais das famílias que possuíam dezenas de cabeças de gado, convertendo-as em criadores inseridos em circuitos mercantis que avançaram em paralelo à sojização e à agriculturação da zona núcleo pampeana e extrapampeana da Argentina. Tal processo ocasionou danos severos aos campos naturais e aos bosques locais (Scaglia et al., 2021). Embora diversas espécies do bosque nativo de ecorregiões como o Grande Chaco e o Espinal, bem como de seus ecótonos serranos, tenham estabelecido relações simbióticas com a pecuária familiar de pequena escala — não superior a 100 bovinos e/ou equinos em áreas mínimas de 200 hectares —, os impactos da bovinização foram ampliados em razão da ocorrência de incêndios esporádicos (Argibay; Renison, 2018).

Duas das pessoas entrevistadas expressam essa dinâmica ao afirmar:

los incendios a son cada vez más seguidos y es una pena porque no son para que reverdezca la pastura para los animales o cosas así, son intencionales y lo que buscan es destruir el monte, sacar a todos los que vivimos acá hace años y hacer negocios entre ellos (como explica G. D. en una entrevista. 15-01-2024).

Embora os incêndios tenham sido uma prática recorrente ao longo de décadas, as famílias que habitavam as serras ali permaneciam vivendo em razão de sua relação direta com as bacias serranas, com a pecuária extensiva e comunitária no monte. Mantinham-se no território, ademais, por exercerem atividades como tropeiros, capatazes de fazendas, professoras rurais, horticultoras, pedreiros, magarefes, trabalhadores de cercamento e construtores de muros de pedra. Isso era possível graças à existência de uma ampla rede de matadouros e frigoríficos locais — municipais ou vinculados a açouques de povoados e pequenas cidades — que viabilizavam circuitos curtos de comercialização, os quais funcionaram até a década de 1990, quando começaram a ser desativados e o gado passou a ser vendido vivo para outras províncias.

Entretanto, os incêndios e as inundações posteriores aos desmatamentos, bem como os desvios de cursos d’água a montante para o abastecimento de complexos turísticos e condomínios fechados, tornaram-se fatores com influência crescente no despovoamento dos estabelecimentos pecuários familiares. Às condições desfavoráveis produzidas pela privatização e fechamento de frigoríficos e matadouros locais, somaram-se os valores irrisórios pagos por transportadores e compradores de gado vivo destinados a grandes frigoríficos de multinacionais ou de empresas nacionais instaladas em cidades médias ou grandes, como Córdoba, Alta Gracia, Jesús María ou Villa María. Acrescentou-se, ainda, um problema territorial que passou a minar as possibilidades de criação do gado, o acesso à água, os locais de banho e o próprio habitat familiar: os impactos dos incêndios intencionais. Com efeito, a anuência a focos ígneos deliberados — que matam animais, queimam pastagens, destroem bacias e fontes hídricas e se convertem em ameaça à vida rural serrana — passou a constituir uma arma para o despejo de famílias que desenvolvem práticas agrícolas de produção e elaboração de alimentos de origem animal e vegetal nas serras.

Esses impactos territoriais também contribuíram para a transformação das bacias hidrográficas em verdadeiros “tobogãs”, nos quais as chuvas arrastam tudo pelas encostas degradadas após os incêndios. Ao que é destruído pelo fogo intencional, seguem-se maquinários de espoliação, como tratores, circuitos de esportes motorizados (corridas de rali, quadriciclos e enduro) e grupos de técnicos que assessoram famílias para a “recuperação” do monte sem sua habitação, cobrando por planos de manejo do solo e pela prestação de serviços ambientais, configurando uma nova ferramenta de expropriação dos meios e modos de vida das famílias serranas (Deon, 2022; Díaz; Deon, 2025).

Dobrizhoffer (1783) já apontava, em seus escritos, o enorme impacto dos incêndios vinculados à pecuária nas postas e estâncias coloniais e jesuíticas nos séculos XVII e XVIII. Mais recentemente, Martin de Moussy (1864) e Alfred Stelzner (1890) também denunciaram essas situações, ao mesmo tempo em que mapearam e descreveram minuciosamente solos e bosques para facilitar sua exploração com fins madeireiros, lenheiros e minerários, voltados ao desenvolvimento de infraestruturas ferroviárias, edilícias e portuárias no período compreendido entre o século XIX e a primeira metade do século XX (Wedovoy, 1994). Nesses e em muitos outros trabalhos, como os abordados na historização do universo ecológico do Grande Chaco por Rosenzvaig (1997), diversos autores insistiram no debate sobre a necessidade de manter ou cessar a pecuária, considerada incompatível com as atividades econômicas que se projetavam para a região: a mineração e a urbanização — turística e residencial/comercial.

Embora até a década de 1970 se reconheça o auge da atividade minerária nas Serras Chicas (Gaido et al., 2015), tanto essa atividade quanto o manejo pecuário familiar consolidaram um

território híbrido, no qual práticas produtivas ganadeiras e minerárias coexistiram por cerca de 80 anos (Deon, 2021). Contudo, a partir da década de 1980, e impulsionadas pelos incêndios florestais intencionais, a nova (mega)mineração de pedreiras, em um primeiro momento, e a urbanização por meio de condomínios fechados e complexos turísticos, em seguida, adquiriram tal intensidade que acabaram desterritorializando progressivamente a pecuária em cerca de 180 mil hectares serranos e aproximadamente 130 estabelecimentos agropecuários em apenas dez anos. Trata-se de um processo que não apenas desterritorializou o gado, mas também as famílias produtoras e as atividades comunitárias ali praticadas — festividades, carneadas, fechamento de escolas rurais e paróquias —, alcançando inclusive povoados inteiros, como Ischilín, Copacabana, Villa Colimba, Pampa de Olaen e San Fernando, entre outros.

De fato, grupos concentrados de poder econômico aproveitam a redução do valor da terra após incêndios ou inundações e passam a exercer posses violentas ou a adquirir, a preços muito baixos, centenas ou milhares de hectares serranos para fins recreativos ou de desenvolvimento urbano, turístico, holístico e de ecoaldeias. Dessa forma, pressionam os habitantes serranos a transformar suas práticas agro culturais de base pecuária (Quirós, 2022), promovendo seu deslocamento das áreas rurais para centros urbanos médios próximos (Sili, 2016; 2018).

Embora esses processos de territorialização e desterritorialização se desenvolvam há décadas na região, o período compreendido entre 2000 e 2020 evidenciou a emergência de coletivos que se organizam para resistir por meio do compartilhamento de alimentos produzidos de forma autônoma e da articulação coletiva em redes de consumidores e produtores, feiras e cozinhas populares (Balmaceda; Deon, 2021). São alimentos partilhados em redes construídas a partir do trabalho contínuo com a terra, os animais, os cultivos, a colheita de frutos, ervas, fungos e outros produtos artesanais serranos.

Entre esses alimentos, a carne proveniente das famílias produtoras, que compartilham os despostos realizados nas carneadas em seus próprios lares, desempenha papel central ao reunir as pessoas em torno de assados, locros e empanadas preparados coletivamente em encontros, juntadas<sup>3</sup> e festividades comunitárias. Nesses espaços, não apenas se cozinharam alimentos, mas também se compartilham histórias orais transformadas em poemas, canções e narrativas, nas quais circulam, são preparadas e degustadas receitas, modos de manejo da água e propostas de trabalho comum em defesa

---

<sup>3</sup> “Juntada” é um regionalismo vulgarmente utilizado nas Serras para designar uma reunião na qual se compartilham alimentos, momentos de violão e conversas entre amigos, familiares e conhecidos. Nessas juntadas, também costumam ser tomadas decisões coletivas, como a organização de atividades que podem resultar em uma festividade de maior porte, em uma assembleia popular ou em uma mobilização social (Deon, 2022).

do monte com o qual se vive e se produz. Trata-se de um encontro festivo e harmônico que necessita ser retratado para situá-lo em sua territorialidade, construída a partir das juntadas entre a população serrana.

Todavia, essas juntadas, longe de qualquer romantização, estão atravessadas por lutas intensas, inscritas em um processo de resistência que, nesta região, já não pode ser compreendido como de bovinização. Nas Serras Chicas — território de aproximadamente 500 mil hectares, localizado entre os departamentos de Santa María, Calamuchita, Colón, leste de Punilla e sul de Totoral —, o Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (SENASA) evidenciou, a partir da publicação dos dados do Censo Nacional Agropecuário de 2018 (CNA, 2018), um acelerado processo que aqui denominamos de desbovinização na região serrana de Córdoba. Tal processo se expressa quantitativamente no fato de que, enquanto em 2009 esses departamentos concentravam cerca de 340.314 cabeças de gado bovino, em 2018 esse número foi reduzido para 266.994 (CNA, 2018).

Esse dado impõe a necessidade de reavaliar análises desenvolvidas em trabalhos anteriores por pesquisadores do Doutorado em Estudos Sociais Agrários, nos quais se evidenciava a existência de um processo avançado de deslocamento da pecuária das zonas núcleo pampeanas para áreas extrapampeanas, como resultado da sojização (Hocsman; Preda, 2006).

O último CNA (2018) revelou, para essa região extrapampeana, a perda de 73.320 cabeças de gado no conjunto das criações — bovina, caprina, equina e ovina. Além disso, tornou-se visível que, assim como no restante do país, consolida-se na região uma crescente concentração fundiária e de estabelecimentos agropecuários (EA) (Villulla et al., 2019). Esses departamentos passaram de 2.678 EA em 2008 para 1.847 em 2018, dos quais apenas 1.033 declararam possuir gado bovino no último censo, ao passo que, no levantamento anterior, todos declaravam esse tipo de criação. Soma-se a esse cenário um dado populacional central: o acelerado despovoamento humano das áreas serranas. A Tabela 1 sintetiza, de forma estimativa, com base nos censos nacionais de população de 2010 e 2022 realizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos, a perda de população rural dispersa em cada um dos departamentos que compõem a região das Serras Chicas.

**Tabela 1.** População rural dispersa dos departamentos incluídos no cordão das Serras Chicas, anos de 2010 e 2022.

Departamento	População rural dispersa (Censo Nacional 2010)	População rural dispersa estimada (Censo 2022)
Calamuchita*	2249	356
Colón+	1500	194
Punilla*	3422	687

Santa María*+	981	382
Totoral+	345	169

\*Incluem a população rural dispersa em outros cordões serranos, como o de Achala e as Serras Grandes.

+Inclui a população rural dispersa em áreas pedemontanas e planas.

Fuente: Elaboração própria com base em dados da Direção Provincial de Estatísticas e Censos e do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), Censos Nacionais de População de 2010 e 2022.

O caso mais expressivo é o do departamento Colón, no qual a população rural não apenas passou de cerca de 1.500 habitantes para 194, como também permaneceram na área serrana aproximadamente 121 moradias desabitadas, de acordo com levantamentos realizados por municípios e comunas no processo de preparação do Censo Nacional Agropecuário de 2018 e do Censo Nacional de População realizado em 2022. Nesse departamento, verifica-se o mais intenso processo de concentração e apropriação de terras, uma vez que as propriedades rurais serranas passaram, em 2010, de 127 proprietários de áreas superiores a 80 hectares nas zonas rural serrana e pedemontana para apenas 36 proprietários em 2022, segundo dados da Infraestrutura de Dados Espaciais de Córdoba (IDECOR) e do Cadastro da Província de Córdoba. Embora não haja dados pormenorizados para os demais departamentos, observa-se que, neles, a quantidade de Estabelecimentos Agropecuários (EA) foi reduzida, no intervalo intercensitário, em percentuais que variam entre 30% e 56%.

Os dados apresentados suscitam múltiplas questões: a que se devem essas reduções populacionais e pecuárias? Que relação mantêm com a concentração dos Estabelecimentos Agropecuários e, consequentemente, da terra e das bacias hidrográficas? Que impactos territoriais a desbovinização serrana acarreta, não apenas como processo pecuário, mas também como dinâmica desterritorializadora de caráter agro-cultural?

Embora tais indagações sejam centrais, torna-se igualmente relevante reconhecer as estratégias produtivas que sustentam os Estabelecimentos Agropecuários e as ações da população que contribuem para a manutenção da vida agro-cultural da pecuária na paisagem e nos territórios serranos. Nesse sentido, propõe-se, inicialmente, uma metodologia baseada em uma abordagem genealógica, que descreva, por meio de dados primários, secundários e de informações obtidas a partir da participação direta em assembleias e jornadas solidárias pós-incêndios, os modelos de desenvolvimento rural e de avanço urbano-metropolitano nessa porção das Serranias do Grande Chaco. Trata-se de um território serrano que, simultaneamente, assume caráter metropolitano, por sua proximidade com cidades e povoados conurbados, situados a distâncias de até 100 km da cidade de Córdoba.

Para tanto, serão utilizadas metodologias de investigação jornalística, entrevistas e dados censitários que permitam responder à seguinte questão: quais processos de territorialização do capital

e de reexistência/reterritorialização se manifestam nas Serras Pampeanas no que se refere à pecuária familiar? Propõe-se enfatizar os dados das Serras Chicas em diálogo com casos já analisados em outras áreas serranas das Serras de Córdoba. O presente trabalho apresenta e amplia os resultados de pesquisas doutoriais desenvolvidas no âmbito do Doutorado em Estudos Sociais Agrários (CEA-UNC). De um lado, a tese intitulada *Sierras Chicas, conflitos pela água e planejamento territorial*, orientada pelo Prof. Dr. Luis Daniel Hocsman e coorientada pelo Prof. Dr. Omar Arach; de outro, a tese intitulada *Emergência de autonomias alimentar-nutricionais nas Serras Chicas, Córdoba*, orientada pela Profa. Dra. Daniela Martina e coorientada pelo Prof. Dr. Omar Felipe Giraldo.

## **1 OS DOMÍNIOS TERRITORIAIS MORFOCLIMÁTICOS DE KAMCHIRA E DO GRAN CHACO**

As extensas Serras Pampeanas, localizadas a oeste da Cordilheira dos Andes, a leste da planície Chaco-Pampeana e da Mesopotâmia, ao sul do Grande Chaco e ao norte da meseta patagônica, constituem-se, juntamente com a Cordilheira, na principal área de recarga hídrica do país. Dali nascem rios e arroios que integram bacias arreicas, endorreicas e exorreicas, responsáveis pela recarga dos aquíferos das áreas planas, alimentando grandes cursos d'água como o Paraná, o Salado (na província de Buenos Aires), o Río Dulce e o Desaguadero, bem como sistemas lagunares como o Mar de Ansenuza e o conjunto de lagoas pampeanas.

Em meio à aridez e à semiaridez, essa região configura-se como um verdadeiro manancial, no qual se originam arroios e rios das principais bacias hidrográficas argentinas. Se a região do Cerrado brasileiro é conhecida como a “caixa d’água do Brasil” (Porto-Gonçalves, 2019, p. 32), as Serras Pampeanas, em conjunto com a Cordilheira dos Andes, podem ser compreendidas como a caixa d’água da Argentina. Dela partem rios que se dirigem à região de Cuyo, como o Desaguadero; ao centro-sul, cursos como o Chocancharava e o Ctalamochita, que, unidos no Carcarañá, seguem em direção leste até o Paraná; enquanto outros, como o Popopis, alimentam o extenso sistema de lagoas do sudeste da província de Córdoba e do sul de Santa Fé. O Paraná também é nutrido pelo rio Salado (norte), pelo Bermejo e por inúmeros cursos d’água originados na vasta planície Chaco-Pampeana. Os rios do centro-norte das Serras abastecem a grande bacia endorreica das Salinas Grandes e de Ambargasta, bem como o sistema do Mar de Ansenuza, alimentado por rios como o Suquía, o Xanaes, o Carnero, o Jesús María e, mais ao norte, o Dulce. Por fim, dessa região, somada aos tributários provenientes da Cordilheira dos Andes, originam-se o Pilcomayo e os rios que drenam para o Grande Chaco endorreico e paranaense. Esse amplo território hidrológico possibilitou, ao longo de milênios, o desenvolvimento de diversas práticas humanas agrícolas e pecuárias.

Tanto Giberti (1961) quanto Reca e Frogone (1982) caracterizaram a história da pecuária argentina, destacando, em seus escritos, a importância das características geográficas para a expansão gradual e a industrialização do complexo agroalimentar da carne bovina no país. Em suas análises, ressaltam que, inicialmente, a planície pampeana e sua zona núcleo “produtiva”, compreendida entre os rios Salado e Paraná, posteriormente a Mesopotâmia (entre os rios Paraná e Uruguai) e, em seguida, a planície chaqueña, constituíram os territórios mais aptos ao desenvolvimento da pecuária bovina.

Nesses espaços, manifestam-se múltiplos domínios morfoclimáticos que permitiram a territorialização, o desenvolvimento e a sustentação da pecuária como prática econômica central entre os séculos XVII e XX. Contudo, tais domínios não foram os únicos nos quais a atividade pecuária se desenvolveu. Em territórios nos quais a vida se transforma e se organiza a partir da convergência de características edáficas, hídricas, de insolação, de diversidade florofaunística e de relevo (Ab'Sáber, 1977), configuram-se outras formas geográficas de habitar e trabalhar com a pecuária. Um desses espaços são as serranias: um vasto território formado por dobramentos tectônicos ocorridos há mais de 200 milhões de anos, cuja erosão e cursos d’água converteram as serras em cabeceiras de bacias hidrográficas, em áreas de convergência de biomas — por sua posição central privilegiada em relação aos biomas de planície e de vales — e em espaços fornecedores de minerais para essas planícies e vales, por meio da ação do vento e da água.

Nessas serranias, por mais de 800 anos, desenvolveu-se uma pecuária distinta da pampeana; mais do que isso, ela constituiu a base para a ordenação social e territorial da própria pecuária pampeana. A criação de llamas e guanacos — e, nos Andes, de vicunhas e alpacas — estruturou-se nesses domínios morfoclimáticos caracterizados pela variação altitudinal, pela diversidade vegetal, pela maior ou menor presença de água conforme as estações, pelas oscilações térmicas e pela disponibilidade de rochas, elementos que viabilizaram práticas de habitar impossíveis sem a pecuária: primeiro com camelídeos, depois com equinos e muares e, mais recentemente, com gado bovino (De Moussy, 1864; Montes, 1950; Serrano, 1945; Pastor et al., 2012).

Os domínios morfoclimáticos serranos conformaram uma paisagem agro cultural singular. Paralelamente às paisagens naturais serranas, criaram-se espaços geográficos e modos de vida próprios desse território, nos quais a população construiu currais, moradias, trilhas e caminhos para se conectar a práticas pecuárias coletivas, com animais característicos da ecorregião, como llamas e guanacos. Tais práticas foram rapidamente transformadas pela introdução colonial de espécies europeias, adaptadas a outros domínios morfoclimáticos, como a região Pampeana e o Litoral, dando origem à pecuária bovina e equina.

Dobrizhoffer (1784), Montes (1950), Valdemarca (2003), Reyna (2023), entre muitos outros, descrevem como, nas Serras Pampeanas e no Chaco Serrano, a pecuária bovina, desde o século XVIII, transformou a paisagem e consolidou novas territorialidades. Nas Serras Chicas, os pircados — alguns em espiral, indicativos de currais comunitários para camelídeos, e outros de traçado reto, associados à

colonialidade, à propriedade privada e aos manejos europeus — constituem hoje patrimônio de comunidades indígenas, afrodescendentes, de municípios, comunas e do Estado provincial, que gradualmente valorizam culturalmente sua presença e seu uso continuado pelos habitantes serranos (Deon et al., 2022). A territorialidade pecuária integrou, assim, a construção da paisagem cultural e, na atualidade, converteu-se em instrumento coletivo de defesa territorial diante de novos avanços do capital, que busca desterritorializar a pecuária, apropriar-se das bacias hidrográficas e destruir sítios patrimoniais.

Na Argentina, as Serras Pampeanas (Ramos, 1999) constituem um dos principais territórios cujos domínios morfoclimáticos não se definem apenas por suas particularidades geomorfológicas e altitudinais, nas quais convergem climas e múltiplas formas de vida de outras regiões do país, mas também pela presença de endemismos próprios dessa região ou de seus ecótonos internos. A existência de pastagens naturais e a abundância de cursos d’água converteram o território serrano em área propícia ao desenvolvimento da pecuária bovina, equina e muar desde o século XVII, processo de bovinização semelhante ao ocorrido nas Serras de Tandilia e de Ventania, na atual província de Buenos Aires.

As particularidades morfoclimáticas da região serrana permitiram a construção de refúgios de altitude, paragens de tropeiros, currais, trilhas para o deslocamento de milhares de animais, pircados, espaços de moagem, acequias, canais comunitários, matadouros e redes de povoados que, durante séculos, dinamizaram os intercâmbios sociais e econômicos entre as serras e as demais regiões da atual Argentina, tendo a produção pecuária como eixo estruturante.

A territorialidade pecuária familiar nasce da necessidade de autossustentabilidade e se vincula à produção alimentar a partir do aproveitamento da dinâmica hídrica flutuante das bacias, do uso racional dos frutos do monte, de espécies introduzidas e cultivadas em hortas e quintais, bem como de receitas compartilhadas de forma ancestral e intercultural, além de procissões e festas realizadas em família e entre amigos nas paragens serranas. Quando a pecuária familiar se consolidou como ofício capaz de garantir a subsistência e a reprodução das unidades produtivas familiares, essa atividade passou a se organizar, há cerca de dois séculos, em torno do papel central de puesteras, puesteros, crianceros e cuidadores de gado. No século XIX e início do XX, tal papel permitia sobretudo a capitalização dos estancieiros, por meio da venda de milhares de cabeças de gado, que, por serem majoritariamente animais crioulos e robustos em razão do deslocamento nas serras, eram posteriormente comercializados vivos em circuitos curtos da indústria da carne, orientados principalmente à produção e ao consumo locais, com a atuação de famílias no papel de açougueiros, despostadores, faenadores e comerciantes.

Trata-se de uma pecuária desenvolvida até os dias atuais de forma mista, na qual, em muitos casos, ao gado bovino somam-se criações destinadas ao autoconsumo, como suínos, caprinos, galinhas — para ovos e carne — e ovinos — para lã, couro e carne. Assim como observado por Silvetti (2012) no caso de Cruz del

Eje, o pastoreio nas serras é extensivo, baseado no forrageamento proporcionado pela vegetação arbustiva e herbácea do bosque nativo. A territorialidade extrativista pecuária e a mularização foram centrais no processo de desecologização das comunidades indígenas do Grande Chaco, do século XVII ao início do século XX, uma vez que estas deixaram de viver em simbiose com o monte e passaram a sofrer com incêndios, sendo incorporadas como puesteros, crianceros e cuidadores de gado bovino e muar, vivenciando seu desterro inicialmente nas Estâncias Jesuíticas e, posteriormente, nas mercedes de terras ou estâncias pecuárias (Rosenzvaig, 1997).

Dessa forma, a bovinização possui uma história anterior às décadas de 1990 e 2000, como apontam Hocsman e Preda (2006), e sua centralidade nos processos de espoliação e concentração fundiária pode ser traçada a partir do avanço do capitalismo no território extrapampeano, com a instalação das estâncias coloniais e a disputa territorial com as comunidades indígenas. O capitalismo agrário diversificou sua territorialidade desde a constituição do Estado argentino e da província de Córdoba e aprofundou a exploração do trabalho serrano com a chegada da ferrovia no final do século XIX, promovendo a pluriatividade da população serrana. Tal dinâmica ocorreu por meio da exploração da força de trabalho não mais na produção de gado muar — em grande medida substituída pelo transporte ferroviário, pelas estradas e, posteriormente, pelos caminhões —, mas nos recursos florestais do Grande Chaco e do Chaco Serrano, com o corte de molles, talas, algarrobos e quebrachos, abrindo caminho para o avanço mineralício das caleras e marmoreiras. Esse processo resultou na proletarização da mão de obra familiar, antes dedicada à pecuária e, a partir de então, inserida de forma pluriativa na mineração, na exploração florestal, na construção civil (alvenaria e pircados urbanos) e em outros ofícios mais urbanos e menos rurais e agrários. Como afirma Rosa Arguello:

las mujeres quedamos cuidando los animales cuando los hombres se iban a las canteras o al obraje como hacheros. Y nosotras carneábamos, ordeñábamos, cuidábamos las hijas, los hijos hacíamos las tareas del hogar, el queso, la leche, juntábamos yuyos, manteníamos la quinta, llevábamos carne y quesos al pueblo y lo vendíamos, como hacen hoy algunas pocas familias también. Las niñas y niños trabajaban en las verduleras (carros tirados por caballos) que pasaban comprando productos a nosotras y que los llevaban al mercado en Córdoba o en los centros turísticos para vender allí frutas, verduras, salames, quesos, aromáticas, mermeladas y demás. Los niños y niñas también trabajaban yendo a acomodar cajones y como vendedores. El oficio de los comerciantes móviles aún persiste tal y como lo hacía Don Chuni, Don Nando, Chacho Ochoa, El Trompa, Doña María y tantos otros con sus carros o rastrojeros que buscaban alimentos y traían otros para truequear (intercambiar) o vender". (Entrevista del 17-01-2017, cursiva aclarada por los autores).

Conforme assinala Silvetti (2021), produziu-se a mercantilização dos produtos de base pecuária das economias domésticas, em um contexto de intenso intercâmbio social sustentado por uma crescente pluriatividade rural e urbana. Diferentemente de outras regiões extrapampreas, na paisagem de base pecuária,

minerária e urbana que se conformava progressivamente nas serras desde o século XIX — e com maior intensidade a partir da primeira metade do século XX —, emergiu uma territorialidade pecuária bovinizada que passaria a resistir ao avanço minerário e urbano.

Essa territorialidade, construída com pedras, adobes e mourões, converteu-se definitivamente em paisagem e em territorialidade permanente dos domínios morfoclimáticos que se constituíram com a chegada do gado bovino e muar desde o século XVIII; mais recentemente, tornou-se também o lar de milhares de famílias rurais que, de forma dispersa, habitam e habitaram a serra-mãe. A primeira metade do século XX caracteriza-se por domínios territoriais serranos assentados na territorialidade pecuária, com intensificação da criação bovina e concentração fundiária, porém com controle camponês da terra exercido a partir das postas e paragens serranas, sustentado pela pluriatividade e por uma conectividade comercial viabilizada por viajantes em seus rastrojeros — veículos a combustão destinados a pequenas e médias cargas rurais — e verduleras — carros tracionados por cavalos. Esses agentes, entre pircados e trilhas, conectavam as famílias puesteras das extensas estâncias aos centros urbanos da planície, compartilhando e comercializando alimentos, artigos domésticos, produtos de limpeza, cosméticos, itens de saúde e vestuário. Rastrojeros, carros e verduleras eram, em grande medida, os meios que levavam e traziam as produções alimentares entre habitantes rurais dispersos, povoados, vilas e cidades.

## 2 PECUÁRIA EM KAMCHIRA

A região das Serras Pampeanas constitui um território com manejos pecuários bovinos, equinos e muares há pelo menos 450 anos. A pecuária ainda existente desenvolveu-se em territórios que, anteriormente, abrigaram a criação pré-colombiana de camelídeos, prática que estruturou encontros e trabalhos de povos indígenas por cerca de 800 anos. Dessas práticas pecuárias emergiu a paisagem serrana. As descrições de Florian Pauke (1749–1767), Martin Dobrizhoffer (1764), Martin de Moussy (1864) e Furlong (1935) constituem registros relevantes de observadores que adentraram os territórios das comunidades pecuárias serranas, descrevendo a presença de animais nativos integrados a práticas de capturas comunitárias e de confinamento para o aproveitamento de lã, couro e carne. Esses autores também relataram as violências e os espólios que, no período colonial, ocorreram por meio de incêndios e matanças.

Tais processos foram estudados, nas Serras de Belén e Andalgalá, por Jiménez-Escobar e Martínez (2019) e por Raffino et al. (2015), que evidenciaram, a partir da biologia e da antropologia cultural, que o manejo pecuário com fins de transporte nas áreas serranas e cordilheiranas foi fundamental para a comunicação entre os povos de El Shincal de Quimivil, Mutquín, Ancasti e outros

territórios serranos, incluindo os atuais espaços de Córdoba. Cabe destacar que, quando se trata de lã, não se fala de vacas ou ovelhas, mas de guanacos e llamas — camelídeos americanos que tiveram ampla presença nas Serras de Córdoba, aproveitando as pastagens e brotos tenros de determinadas formações vegetais serranas. Atualmente, esses camelídeos restringem-se a áreas pedemontanas das Serras de Guasapampa e às Salinas Grandes e de Ambargasta, na província de Córdoba; entretanto, até 1860, habitavam permanentemente as Serras Chicas, Punilla e Calamuchita (De Moussy, 1864).

A presença desses animais foi afetada pela caça, pelos incêndios e, inicialmente, pelos pircados, seguidos posteriormente pelos cercamentos com arame. A extinção desses animais em um território de aproximadamente 300.000 km<sup>2</sup> ocorreu paralelamente ao genocídio e ao desterro de diversos povos indígenas Henia-Camiare, Sanavirones, Rankülches e Diaguitas serranos, que seguem lutando por seus territórios (Reyna, 2021). Muitos indígenas passaram a atuar como puesteros nas estâncias serranas ou foram deslocados para setores urbanos da época, como La Toma (Palladino, 2018), Quisquisacate, Saldán ou Villa Allende, na cidade de Córdoba, onde a prática pecuária ficou praticamente restrita às margens do rio Suquía e de outros cursos d’água tributários.

A chegada de pessoas escravizadas de origem africana — provenientes de Angola e do Congo —, trazidas por estancieiros de Buenos Aires para Córdoba, Santiago del Estero e Catamarca, alterou profundamente as dinâmicas serranas, espacializando progressivamente as serranias por meio das práticas que lhes eram impostas, como a construção de pircados para delimitação territorial. O período compreendido entre os séculos XVII e XIX colocou esses trabalhadores escravizados no centro da produção e do abastecimento alimentar das estâncias, juntamente com pessoas de comunidades indígenas chaqueñas (Mocovíes, Lules, Vilelas, Quilmes, Mbya, Sanavirones), desterradas e levadas às serras para cuidar do gado bovino e auxiliar em sua reprodução para fins comerciais (Celton, 1991; Rosenzvaig, 1997).

Mestiços e crioulos eram, em geral, os responsáveis pelo manejo do gado. O transporte de animais em tropilhas ou grupos de 500 a 1.000 cabeças de vacas, cavalos ou, até o final do século XIX, mulas, era realizado por tropeiros que percorriam dezenas de quilômetros diários entre postas e paragens serranas. O destino desses animais incluía a produção de couros e o transporte ao porto de Buenos Aires, bem como o abastecimento de caravanas rumo ao Litoral, a Cuyo ou ao Alto Peru (Valdemarca, 2003; Tell, 2008).

Posteriormente, com o cadastramento das terras pelo Estado provincial e nacional, a vertente oriental das Serras Pampeanas — mais próxima à planície Chaco-Pampeana — passou a receber expedicionários incumbidos de descrever suas riquezas com vistas à exploração. Impôs-se, então, um novo vetor de desenvolvimento e de espoliação: o ferroviário e a mineração industrial de cal e de

pedreiras. O cadastro passou a denominar a serrania como Serras da Cal, do Mármore e do Granito; paralelamente, surgiram outras engrenagens produtivas, como grandes fornos destinados não à panificação, mas à produção de cal e cimento.

No início do século XX, a pecuária começou a ser restringida em determinados povoados que, simultaneamente à mineração, experimentavam outra transformação em sua dinâmica territorial, paisagística e morfoclimática: o turismo, a construção de barragens, as florestas com espécies exóticas e a criação de centros urbanos voltados à cura de enfermidades e pandemias oriundas das grandes cidades (Buenos Aires, Rosário, Rafaela, Santa Fé e Córdoba buscavam nas serras tratamentos para tuberculose, malária, meningite, sífilis e lepra). Os cursos d'água passaram a ter sua disponibilidade reduzida em razão da crescente construção de barragens e captações destinadas ao abastecimento da indústria minerária calcária e cimenteira e à provisão dos centros urbanos, com impactos severos sobre as práticas pecuárias familiares serranas.

Gradualmente, os estabelecimentos pecuários assumiram uma paisagem de inspiração europeia, com florestamentos de coníferas, grandes casarões e campos de paddle e golfe, enquanto a pecuária passou a ser percebida como elemento “desordenador” do espaço. A partir da década de 1940, iniciou-se um processo de perda de estabelecimentos agropecuários próximos aos cursos d'água então represados, acompanhado por um florescente desenvolvimento urbano que consolidaria centros turísticos hoje dominantes nos vales das Serras Chicas, Punilla, Paravachasca e Calamuchita. Inaugurou-se, assim, o que se denomina des-serranização: a perda de ecossistemas serranos, oplainamento de morros pela megamineração de pedreiras e o despovoamento rural serrano, decorrentes de uma brusca transformação territorial, paisagística, florofaunística e edilícia, impulsionada por empresas mineradoras, incorporadoras urbanas e turísticas e por grupos que, sob o discurso da conservação ambiental, promovem urbanizações “ecológicas” sem autorização estatal.

Nesse contexto, surgiram comunas e municípios que viabilizaram a caça de animais nativos — como queixadas, veados, tatus e aves — e a captura de animais silvestres para fins domésticos (tartarugas, aves e determinados répteis), ao mesmo tempo em que se proibiam cavalos, vacas soltas, a criação de galinhas e a pecuária em áreas urbanas, agora “ordenadas” por um órgão específico do governo, o Instituto Superior de Agricultura. Esse processo perdurou até a década de 1990, com a chegada dos condomínios fechados (Balmaceda; Deon, 2021).

A pecuária passou, então, a ser associada à rusticidade ou à rebeldia, tornando-se socialmente aceitável apenas como alimento adquirido no açougue. Como assinala Mereco Luna:

entre comienzos 1950 y hoy los animales sólo llegan a las ciudades serranas en fiestas patrias o procesiones de patronas, vírgenes o santos. El resto del año queda relegada al monte. Sierra adentro, la gente no ve una vaca o un caballo ni ahí en la ciudad fuera de las fiestas patronales o de los festivales. Sino viaja sierra adentro o si no se le escapó alguien desde algún barrio popular, esos animales no los ves, y pensá que antes en el Polideportivo o la Plaza de Unquillo o Villa Allende tenías barrales y postes para atar el caballo, la mula o el burro al lado del banco donde te sentabas a charlas con amigos o podías ir a la costanera y llevar a pastar el animal ahí u ofrecerlo para pasear y ganarte algo de plata, pero ahora no te lo saca la policía y la municipalidad te cobra un multón. Pocos pueblos ofrecen ese servicio o dejan que la gente lleve a pastar sus animales al río. También es entendible el riesgo (Entrevista 16-01-2024).

Desde a década de 1980, a pecuária passou a experimentar uma queda abrupta como prática econômica central na serrania: fecharam-se frigoríficos e matadouros municipais ou pertencentes a pequenas e médias empresas (PME) locais. Os cavalos passaram a ser permitidos apenas no período de verão, com fins turísticos, e seus proprietários tiveram de se registrar como prestadores de turismo alternativo. Mais recentemente, essas atividades passaram a ser autorizadas apenas em pontos de interesse afastados dos centros urbanos, exigindo que os prestadores de serviço realizem cursos específicos e obtenham credenciamento como guias, nos termos da Lei Provincial n.º 8.801 e das normativas locais. Assim, a pecuária foi gradualmente perdendo territorialidade na vida serrana. Paralelamente, a própria população serrana também a perdeu em razão de incêndios que, na década de 1980, queimaram cerca de 420 mil hectares — muitas dessas áreas atingidas mais de cinco vezes. As bacias hidrográficas sofreram com a contaminação dos cursos d'água por animais mortos, poços e bebedouros ficaram cobertos de cinzas, mangueiras foram destruídas e currais arruinados.

Lamentavelmente, não apenas cerca de 89 moradias rurais dispersas foram afetadas total ou parcialmente, como também, segundo informes jornalísticos da época, aproximadamente 13 pessoas que tentaram conter diferentes incêndios — defendendo seus meios e modos de vida — perderam a vida. Esses acontecimentos levaram ao aumento da pluriatividade entre os homens e à intensificação das responsabilidades rurais das mulheres, não apenas no cuidado de filhas e filhos, mas também de uma população rural progressivamente envelhecida, que enfrentava simultaneamente o direito de permanecer no território e o direito de migração de jovens membros das famílias em busca de melhores condições de vida e trabalho nas cidades. Tal dinâmica resultou no predomínio de mulheres com mais de 40 anos como população rural dispersa nos censos nacionais de 1980 e 1991, correspondendo a 56% e 61%, respectivamente. Essas mulheres sofreram múltiplas violências para abandonar definitivamente as Serras e suas terras, em benefício de empresários mineradores, incorporadores imobiliários e agentes governamentais que, com base na Constituição Provincial de 1986, obrigaram comunas e municípios serranos a reduzir seus ejidos, ajustando seus territórios apenas às áreas de prestação de serviços, excluindo as áreas rurais e sua relação com a população

dispersa. Assim, fecharam-se escolas rurais, deixaram-se de manter caminhos e cursos d'água e cessou-se a oferta de serviços de saúde e abastecimento de água às áreas rurais serranas, facilitando a neoliberalização extrativista urbana e minerária em uma nova etapa de des-serranização, com a desbovinização no centro dos processos de espoliação territorial da população que habita e trabalha nas Serras de Córdoba.

## 2.1 A paulatina desterritorialização da pecuária serrana

Até a década de 1980, em cada povoado e cidade serrana existiam um ou mais matadouros e frigoríficos (Fratini, 2013; Deon et al., 2021) responsáveis pelo abastecimento local de carne. Enquanto, em 1980, nos departamentos de Punilla e Colón havia 47 matadouros/frigoríficos municipais e de PME locais para atender aproximadamente 135 mil habitantes, em 1995 restavam apenas 10 e, em 2020, somente 3 para abastecer uma população de cerca de 380 mil pessoas. Não se trata de uma redução do consumo de carne bovina, mas da crescente concentração do capital no complexo agroalimentar da carne bovina na Argentina — e em grande parte do mundo — (Villulla et al., 2019). Se antes a produção e o consumo eram integralmente locais, atualmente cerca de 95% da carne é processada por frigoríficos transnacionais situados a mais de 200 km do local de consumo, afetando severamente a pecuária e o comércio local desses produtos básicos. Esse processo também contribuiu para o aumento do custo da carne bovina e, somado à inflação e às crises político-econômicas das últimas duas décadas, resultou na redução do consumo, com a substituição parcial por carnes suína e avícola, cuja produção é mais próxima e de menor custo.

A desterritorialização da pecuária serrana intensifica-se não apenas com a chegada do ferroviário ou com o fechamento dos matadouros, mas sobretudo a partir da década de 1990. Nesse período, políticas neoliberais retiraram dos governos municipais e comunais o poder territorial sobre os espaços rurais, favorecendo a entrada da megamineração de pedreiras e, posteriormente, do negócio imobiliário e turístico. As mudanças nas constituições nacional e provincial reduziram a jurisdição territorial de municípios e comunas — antes exercida sobre amplas áreas — ao estrito espaço de prestação de serviços, deixando as áreas rurais à mercê do capital.

Dessa forma, consolidaram-se transformações territoriais que relegaram a pecuária a atividades recreativo-turísticas ou a desterritorializaram como prática agro-cultural familiar e comunitária, convertendo-a em instrumento para a posse de extensas porções de terras não cadastradas ou de imóveis cujas famílias pecuaristas, por diferentes razões, deixaram de habitar, vendendo-as ou tendo-as ocupadas por agentes de poder concentrado que introduziram gado bovino

com trabalhadores pluriativos não residentes, remunerados com salários ínfimos. Por um lado, esse processo foi impulsionado por grupos de poder concentrado que atuaram territorialmente por meio de incêndios intencionais (Deon, 2022). Por outro, ocorreu a crescente mercantilização de determinadas festas populares, que deixaram de ser espaços de encontro das famílias — onde se vendiam alimentos e se compartilhavam práticas culturais —, concentrando a compra de carnes e derivados lácteos em empresas multinacionais. Estas impuseram restrições bromatológicas e legais aos produtores familiares, que encontravam nas festividades, festas pátrias e eventos gastronômicos populares um canal fundamental de comercialização, reduzindo significativamente seu poder econômico. Soma-se a isso a proibição da criação de animais de granja em áreas periurbanas e o fechamento de mercados municipais, nos quais as famílias que realizavam carneadas vendiam ou trocavam carne desossada e refrigerada, conservas e charcutarias.

Em decorrência, as dinâmicas territoriais e populacionais associadas à pecuária familiar vêm perdendo suas espacialidades em razão da expansão contínua das cidades e da absorção progressiva dos espaços rurais circundantes (Sánchez, 2016; Valdez, 2013), com suas práticas agro culturais. Trata-se de um fenômeno impulsionado por novas tendências de crescimento urbano, nas quais o negócio imobiliário avança por meio de espoliações e graves impactos ambientais, associados ao desmatamento e à construção de paisagens exógenas que repercutem negativamente, a jusante, nas bacias hidrográficas. A “miamização” e a europeização da paisagem e do lazer produziram impactos negativos sobre as bacias hídricas, os bosques nativos e as dinâmicas agro culturais serranas. A pecuária tem sido progressivamente confinada a sistemas de *feedlot* ou de criação em currais, alimentados por espécies introduzidas nesse processo de europeização e miamização, contribuindo para a expansão de paisagens exóticas. Por essa razão, um conservacionismo ambiental radical, associado a serras desabitadas, tem pressionado pela desterritorialização da pecuária familiar e das populações que habitam as serras.

Assiste-se, assim, à conformação de um novo conjunto de dinâmicas territoriais e morfoclimáticas, no qual a pecuária já não ocupa posição central, sendo desterritorializada por incêndios, inundações e secas cada vez mais prolongadas, resultantes da alteração dos regimes hídricos, da perda dos bosques nativos e do consumo não controlado de água dos cursos superficiais e dos reservatórios subterrâneos naturais. Durante mais de 300 anos, a pecuária — inicialmente muar, depois equina e, mais recentemente, bovina — constituiu a prática agro cultural responsável pela construção de dinâmicas geográficas e geomorfológicas que modelaram o paisagem serrana das Serras Pampeanas, na atual província de Córdoba (Giberti, 1961; Arceo, 2017). Contudo, no contexto específico do processo urbano-minerário observado nos departamentos de Colón, Totoral, Punilla,

Santa María e Calamuchita — e em expansão para San Alberto e San Javier, em Traslasierra (Quirós, 2021; 2022) —, verifica-se que a pecuária serrana não constitui necessariamente uma ameaça aos territórios serranos, como afirmavam aqueles que defendiam sua desterritorialização nos séculos XIX e início do XX, ou como sustentam críticos contemporâneos amparados em discursos conservacionistas e imobiliários para expulsar aqueles que habitam e trabalham nas serras.

Por conseguinte, a des-serranização encontra resistências crescentes desde a década de 1980 e, com maior intensidade a partir de 1990, por meio de assembleias de moradores e coletivos como a Associação para a Proteção do Ambiente Serrano, conselhos rurais de vizinhança e novas comunas criadas ou fortalecidas em diferentes áreas das serras (El Manzano, Cerro Azul, Amancay, Cabana, Calmayo, entre outras). Nesse processo, passam a ser impulsionadas Reservas Hídricas e Naturais comunais e municipais, que gradualmente buscam recuperar a territorialidade serrana nas bacias hidrográficas responsáveis pelo abastecimento de água das populações (Páez et al., 2017). Felizmente, ainda existe pecuária serrana e famílias que a praticam; permanece, contudo, a questão central: como se sustenta essa reexistência?

### **3 CARNEADAS, FEIRAS, PEÑAS, CORRIDAS DE QUADRA E AS JUNTADAS QUE SUSTENTAM O SERRANO**

A pecuária serrana familiar é assim denominada ao longo de todo este texto porque, em toda a região das Serras Chicas, apenas cerca de 16 estabelecimentos concentram aproximadamente 82.000 cabeças de gado, sendo de propriedade de grandes empresas dedicadas à criação pecuária. As restantes cerca de 175.000 cabeças de gado bovino distribuem-se entre aproximadamente 1.025 estabelecimentos pecuários nos cinco departamentos, com manejo compartilhado entre membros de uma mesma família e entre famílias vizinhas. Todos esses estabelecimentos operam com sistemas extensivos e, em diversos casos, comunitários (não quantificados), nos quais se compartilham áreas de campo para o pastoreio e o cuidado dos animais, fazendo uso das pastagens naturais com gado bovino, equino, caprino e ovino.

Essa característica é central, uma vez que todas as localidades, apesar de já não possuírem seus próprios matadouros, contam com uma ou mais famílias que realizam carneadas e compartilham, trocam ou comercializam a carne. Cumpre destacar que, ao consultar agentes do SENASA acerca da legalidade ou do reconhecimento dessa prática, foi esclarecido que:

todos los establecimientos ganaderos y todo el ganado bovino están registrado y posee un código, los vacunadores somos responsables junto a las familias o personas dueñas de los animales de la zoonosis de los mismos, por ello no podemos limitar esos intercambios o comercializaciones de carnes, aunque tampoco los alentamos, porque sabemos que están basados en la confianza mutua y el compartir que son la base misma de la agricultura y la ganadería al igual que de las festividades. Lo que siempre, una y otra vez que visitamos a los productores, insistimos es en el mantener la higiene y el aviso de cualquier situación de enfermedad, mordedura de murciélagos, mortandad por razones desconocidas y actualización en las vacunaciones. Por suerte la gente es cuidadosa, creo que sabe que de ello también depende su salud y economía. En la zona rural de Villa Allende, por ejemplo, recibimos la denuncia de un productor respecto a la muerte de muchas vacas. Cuando fuimos constatamos que estaban todas vacunadas pero se trataba de un problema de zoonosis ocasionada por unos murciélagos que tuvimos que controlar con la ayuda de especialistas. En Río Ceballos tuvimos que trabajar mucho para determinar que un problema de enfermedad de varios animales se debía a que estaban comiendo mucho siempre verde, una especie de árbol introducida para parquización que las vacas y caballos la ingieren ante la falta de pasturas causándoles problemas intestinales y ocasionando también la expansión más acelerada de esta y otras especies exóticas. En este caso tuvimos que lidiar con una Asociación Civil conservacionista que tiene a cargo los campos que se excusa en la necesidad de tener los animales para evitar incendios, algo inentendible porque están intoxicando animales que a la vez expanden los bosques invasores que dañan las cuencas hídricas y otros establecimientos ganaderos próximos parte de la economía familiar campesina. (Entrevista a vacunador del Senasa, solicita se resguarde su nombre. 11-01-2014).

Estudos recentes têm evidenciado o avanço de plantas exóticas e invasoras<sup>4</sup>, causado majoritariamente por atividades antrópicas derivadas da europeização das paisagens do Chaco Serrano e pela presença — planejada ou não — da pecuária, que ingere essas plantas (frutos, caules e folhas) e, em seus processos digestivos ou pela aderência de frutos e propágulos ao corpo dos animais, acaba por dispersá-las em novas áreas. Os departamentos de Colón, setores de Punilla, Calamuchita, Santa María, Ischilín e Totoral figuram entre os mais afetados. Tal processo gera impactos severos sobre as bacias hidrográficas, a disponibilidade e a qualidade da água, bem como sobre a perda de biodiversidade, com repercussões diretas nas economias camponesas e nas paisagens agro culturais serranas. Há intenso debate nos âmbitos científico e político-ambiental acerca da necessidade — ou não — de controlar essas espécies e os manejos pecuários em áreas com presença de plantas exóticas e invasoras (Zak, 2019; Cingolani, 2008). Outros estudos demonstram que, em

<sup>4</sup> Segundo Bernardello et al. (2025), entende-se por plantas exóticas aquelas cuja presença em determinado território decorre de introdução acidental ou intencional associada à atividade humana, ou que chegaram, sem a mediação direta do homem, a partir de outras áreas nas quais são nativas. Nesse conjunto incluem-se as plantas adventícias — espécies exóticas que não formam populações duradouras e necessitam de introduções repetidas para persistirem — e as plantas naturalizadas, isto é, espécies exóticas capazes de manter populações ao longo de várias gerações sem a intervenção direta humana. Tais espécies são indicadas nas descrições correspondentes por um círculo negro posicionado antes do nome científico. Por sua vez, as plantas invasoras correspondem a plantas naturalizadas que produzem novos indivíduos reprodutivos, frequentemente em grande número, a certa distância dos parentais ( $> 100$  m em menos de 50 anos para táxons dispersos por sementes e outros propágulos;  $> 6$  m a cada três anos para espécies que se reproduzem por raízes, rizomas, estolões ou caules rasteiros), apresentando potencial para se disseminar por extensas áreas. Muitas plantas exóticas que atualmente não são classificadas como “invasoras”, por ainda não atenderem a esses critérios, podem vir a sê-lo no futuro. Trata-se, portanto, de plantas naturalizadas que se propagam de forma autônoma em habitats naturais ou seminaturais, induzindo mudanças significativas na estrutura, na composição ou no funcionamento dos ecossistemas (Bernardello et al., 2015, p. 44).

territórios onde a pecuária foi retirada e se implantaram planos de conservação financiados por fundos internacionais ou provinciais de recuperação do bosque, têm-se observado processos de avanço turístico, com cabanas, loteamentos não declarados, obras como lagoas de retenção de água, circuitos de esportes motorizados e a chamada “megamineraria sustentável de pedreiras”, entre outros usos, os quais vêm acelerando a destruição do bosque nativo em ritmo superior ao atribuído à presença de espécies exóticas e à pecuária (Martina et al., 2021; Deon; Díaz, 2021; 2025).

Enquanto as espécies exóticas avançam, as paisagens rurais serranas transformam-se em novas “naturezas”, que destroem etapas ecológicas e processos alimentares dos habitantes serranos, ao mesmo tempo em que criam novos riscos para as bacias hidrográficas e para os centros urbanos consolidados, cada vez mais dependentes do elemento vital que, em Córdoba, passa a ser captado em bacias cada vez mais distantes das áreas urbanas.

Configura-se, assim, do ponto de vista paisagístico, uma nova etapa de serranização, entendida como uma forma específica de conexão sociedade–natureza nas Serras de Córdoba. Nela convivem amoreiras, parreiras, figueiras, álamos, talas, salgueirais e antigos algarrobais, compondo um amplo “pátio” onde se planeja o controle de espécies como os olmos, os pinheiros sempre-verdes, as banderitas espanholas, os freixos e outras plantas exóticas invasoras que afetam a provisão de água, ao mesmo tempo em que conformam uma nova paisagem europeizada. Nessas jornadas, soa o violão; técnicos, biólogas e guarda-parques dialogam; o vacinador acaba de realizar seu trabalho com vacas e ovelhas; e a comida é preparada em um assado, com sanduíches e/ou saladas. O vacinador trata uma vaca mordida por um morcego e recolhe uma amostra de sangue para descartar a raiva. As gargalhadas não se sabem bem se vêm do rio, da casa vizinha, onde, na ampla varanda ladeada por um molle, celebra-se um aniversário familiar com um assado, ou se ecoam do curral, onde as crianças brincam de esconde-esconde. É dia de juntada. Apresam a carneada. Mandam as crianças e os mais sensíveis buscar lenha, cortar sempre-verdes com os guarda-parques, brincar ou afiar facas e facões. Don Loza toca o violão mais alto. A gente das serras quer continuar vivendo e compartilhando nelas; por isso, constrói esse modo de vida a partir da solidariedade de quem deseja ajudar e de quem também pode ser ajudado.

Um silêncio, seguido de um forte gemido animal, anuncia o golpe final. “Junta o sangue... junta que fazemos umas morcelas”, diz Dona Betty. Suspendem o animal no gancho que desce do galho mais robusto do algarrobeiro quatricentenário — “como diz Dona Ochoa”.

“...Escondido me han pedido, escondido le iré a dar...”, canta o violeiro, enquanto surgem pessoas com panos de prato, prontas para dançar.

Da ponta da mesa, chama-nos Don Pelayo,

'mire mijo', me dice, esto no lo van a romper, menos aún lo van a incendiar... esto es las Sierras, no es solo cerros agua y hoteles, tampoco son las motos haciendo ruido y rompiendo todo, menos aún es canteras, por más que sean las que plata y trabajo a veces nos dan o los que cada tanto nos compren una vaquillona. No, estas son las Sierras, es la gente que comparte, la familia, las solas, los solos, los amigos, los que se arriman como Ustedes con respeto, que vienen a ayudar y compartir con su familia, a comer, que traen alguito, que comparten. Usted preguntaba si creemos que la ganadería familiar serrana está perdiéndose, yo creo que sí, mire, ahí está la tapera de Carmen Ochoa, más arriba Usted y su familia conocieron a Don Luna, sus abuelos y tíos los Deon vivian en el obrador y hoy está todo demolido, Ustedes conocieron a Don Abelino Gonzalez ('El Brujo'), como desalojaron a los Caresani en La tranquerita<sup>5</sup> y del otro lado, en la Cañada de los Liones en Cosquín a las 5 familias que vivían ahí, le puedo nombrar muchísimos, si, nos están sacando... Pero también acá estamos de fiesta, no porque nos quieran sacar sino porque estamos vivos, con el cuchillo al cuello como el ternero, pero no podrán matarnos porque hay muy mucha gente que ahora está con nosotras, las gentes de las Sierras (Pelayo Loza, 14-01-2024).

As figueiras, os pátios, os talas, as flores, os violões e os bombos seguem presentes e em crescimento. Já não há matadouros, mas as carneadas mensais e rotativas permitem compartilhar a carne entre aqueles que vivem em Cabana, junto à família Tarditti, sempre que se realiza o desposte de um terneiro ou de uma novilha. Não existem mais fábricas locais de embutidos, porém os Falchini seguem, com María e Amado, produzindo os Salames Allende. Juanchi já comercializa seus chouriços crioulos e misturas em cordas na feira agroecológica de Villa Allende. Don Ángel amplia a cada ano o locro no Barrio Español, com a chegada do porco e da carne de Becerra. Mereco organiza a festa da Virgem todos os anos no dia 6 de julho, mas no dia 5 já abateu o carneiro e armazenou a carne em diversas geladeiras para o assado no Salão Paroquial. O Locro do Dani, por sua vez, já ultrapassou a marca de mil pessoas, e cada ingrediente é genuinamente unquillense. Não se pode deixar de mencionar as empanadas do Rancho Tucumano, preparadas por Delia, nem as campanhas solidárias dos bombeiros de Mendlaza e de Villa Allende, que recebem carne e verduras de famílias de toda a região. Como relata Gloria, na Feira de Río Ceballos, essas práticas seguem tecendo vínculos comunitários e sustentando a vida serrana:

Irupé hace los mejores alfajores con frutos del monte, pero su madre los mejores panes rellenos con queso casero de vaca o con chicharrón de las carneadas de Colanchanga (Entrevista 07-01-2023).

"Y los Torres", agrega Isabel, (...) no dejan ganado en pie con sus 4 carnicerías de la familia, carne propia del monte y las Sierras, carne riquísima, cría buenísima, montes muy cuidados, ríos sanos donde las familias y veraneantes disfrutan el agua y el río sin que nadie los corra. Un ejemplo de producción local que resiste, gente que produce hace décadas que nos

---

<sup>5</sup> Assim o apresenta Victos Valente, em La Unión Regional (2020), ao tratar do caso do despejo da família Caresani. Em 2012, a família Caresani foi desalojada do local onde nasceu, cresceu e desenvolveu suas atividades. Máquinas da empresa El Gran Ombú demoliram suas casas e, como se isso não bastasse, foi instaurada uma ação judicial de esbulho possessório que a família perdeu, passando a dever cerca de um milhão de pesos. Disponível em: <https://www.launionregional.com.ar/el-extrano-desalojo-de-la-tranquerita/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

comparte la carne recién bajada del Alpatauca, aclara Don Luis en Agua de Oro en la carnicería (Entrevista del 07-01-2024).

Resumir em poucos parágrafos uma rede enorme que sustenta a pecuária familiar serrana é difícil, mas tentaremos. Das 23 carnicerias pequenas (fora de supermercados e centros comerciais) levantadas nos Departamentos Colón e Punilla, 21 produzem a carne localmente. De acordo com dados de comércio e indústria desses departamentos, existem cerca de 183 carnicerias; das restantes, não obtivemos respostas, razão pela qual nos concentraremos nestas. Embora ainda falte levantar a maioria das carnicerias, a visita às 64 selecionadas constitui um dado relevante, pois indica que elas dispõem de carnes da região, compradas de famílias locais ou produzidas por elas mesmas. Das 119 restantes, cerca de 20 pertencem a cadeias regionais de frigoríficos ou a distribuidores regionais e nacionais de carne. As outras 99 compram de frigoríficos departamentais privados, como La Superiora de Villa Allende, Novara e Río Segundo, San Antonio, Bustos e Beltrán e Qualita, empresas de médio porte que compram o gado em pé de produtores familiares serranos e pedemontanos, em áreas onde a agricultura não é possível em razão das condições geográficas.

Além disso, é importante ressaltar que as festas locais não organizadas por grandes municipalidades, como Villa Carlos Paz, La Calera, La Falda ou Alta Gracia, contam com acordos com famílias produtoras locais para o abastecimento de diferentes tipos de carne (cabritos, leitões, frangos, carnes bovinas etc.). Ademais, existem municípios que possuem normativas de redução de impostos para eventos que consomem alimentos produzidos na própria localidade (Colonia Caroya, Salsipuedes, Cosquín, Río Ceballos, Huerta Grande, Capilla del Monte, entre outros).

As carreras cuadreras e as peñas são festividades nas quais se compartilha muito assado, como relata Eduardo:

en ellas quienes organizan se encargan siempre de darle un espacio a los productores o productoras y que cuenten donde viven, qué hacen, cómo trabajan los animales y suelen ser después los receptores de alguna otra juntada, es una tradición que en algunos pueblos quedó como tradición el rotar casa en casa. Algunos dicen que en la zona de Guiñazú, General Paz, Caroya y otros pueblos se hacía cuando se juntaban los acequeros y compartían comida mientras decidían cosas comunes. Otros dicen que son costumbres de fiesta para sentirnos mejor. Otros sabemos que ahí siempre salen cosas lindas. Por ejemplo en una juntada en San Esteban hace unos años decidimos ir a participar toda la paisanada a la marcha para defender el monte y allá fuimos pusimos 60 caballos y un par de vacas y nos fuimos a la marcha, tuvimos que hacer un lío bárbaro, pero fuimos a Colón y General Paz, pleno centro de la segunda ciudad argentina, y allá fuimos en caballo, tirando mierda para todos lados pero firmes ahí acompañando a la hippiada para que no nos destruyan el monte donde vivimos y donde tenemos los animales (Entrevista del 10-01-2014).

O entramado pecuário familiar se sustenta a partir de práticas autogestivas que não encontram seu devido enquadramento em políticas governamentais ou institucionais específicas; mais ainda:

renegamos mucho de las asociaciones ganaderas, los clubes de equitación o las sociedades rurales porque ellos manejan todo como si fueran grandes empresas y nosotros por ahí para pagar los impuestos del campo carneamos una vaca, para pagarle al abogado para que nos ayude con la posesión, carneamos un ternero, para festejar un cumpleaños compartimos un asado y para cuidar a los animales pasamos con ellos nuestra vida, no queremos más que seguir aquí. (Cuenta A. F. en lo alto de las Sierras entre Unquillo y Molinari E.18-01-2024).

Tal como aponta Bustos Mantovani (2024), as paisagens serranas são ressignificados no caminhar e no compartilhar nas próprias serras. Isso ocorre de um lado e de outro das Serras Chicas e se replica, seja quando se trata da carne e da produção pecuária familiar, seja da agroecologia em expansão nos pátios domésticos ou nas feiras. As resistências não se expressam apenas por meio de bandeiras e marchas; são também, como afirma Pelayo Loza:

en las casas en fiestas y carneadas, al vera de las taperas de quienes se fueron, en las puertas y patios de escuelas que ya cerraron o que encuentran a los vecinos a resistir a una minera o a un loteo como en Candonga o en La Calera. Por eso nos ayudan cuando un incendio viene por nuestro territorio, estamos muy agradecidos a que hay cientos de jóvenes que se plantan apagando los incendios con nosotros, que después hacen colectas de comida para los animales, que consiguen dinero para que volvamos a tener agua en las casa y en los bebederos de los animales, para que vengan veterinarios a curar a los que se quemaron o lastimaron y mas que nada para que nosotros sigamos viviendo y produciendo cuidando el monte y compartiendo las Sierras con ellos. (Entrevista, 11-05-2011).

Quirós (2020) destaca a importância econômica, política e cultural da sustentação da vida rural em Traslasierra, Córdoba. Embora a autora utilize como exemplo a rifa organizada por uma família para conseguir recursos e levar a filha a uma consulta médica em Córdoba, propõe compreender essa prática como algo que, ao mobilizar toda a família, também mobiliza a comunidade e funciona como um mecanismo recorrente entre os habitantes serranos para inserir na agenda política necessidades pessoais que não podem ser atendidas por meio da venda de alimentos — como a carne ou um terneiro — diante de uma urgência ou de uma demanda que requer resposta imediata e para a qual o Estado, muitas vezes, não oferece apoio. Conforme assinala a autora, no agir cotidiano das moradoras e dos moradores serranos colocam-se em jogo disputas e tensões com agentes governamentais que são frequentemente desconsideradas ou ignoradas, ao mesmo tempo em que se impõem, territorial e socialmente, políticas injustas às populações locais.

No caso da problemática aqui analisada, em torno da pecuária familiar nas Serras Chicas, observa-se que tais políticas injustas e violentas vêm despovoando a serrania e destruindo, paulatinamente, os laços comunitários locais, que buscam se sustentar por meio dos animais, das pessoas e da carne nas serras. Torna-se, assim, necessário e urgente viabilizar estratégias coletivas que não vulnerabilizem essa população nem esses territórios, uma vez que continuam a alimentar a população de forma segura — seja com ervas, frutas ou carnes — e a resguardar as bacias hidrográficas que abastecem os centros urbanos da Região Metropolitana de Córdoba e de outras localidades.

Atualmente, nas Serras Chicas, tanto na vertente oriental de departamentos como Colón e Santa María quanto na vertente ocidental, em Punilla, cerca de 45.000 hectares de bosques serranos, juntamente com as pessoas que ali habitam e suas práticas pecuárias, encontram-se em risco em razão do avanço imobiliário e minerário planejado pelo Governo Provincial, com base nas Leis n.º 10.004 e n.º 9.841. Soma-se a isso o Decreto de Necessidade e Urgência n.º 70/2023 e a Lei n.º 27.742, aprovada pelo Congresso Nacional em 2024, propostas pelo Governo Nacional de Javier Milei, que buscam promover retrocessos em legislações que proíbem a mudança de uso do solo após incêndios, bem como revogar normas de sanidade animal e de comercialização regional que beneficiam pequenos produtores e economias regionais.

Enquanto a urgência territorial tem sido enfrentada por meio da mobilização comunitária, observa-se também outra urgência: a do capital, que avança invisibilizando geografias injustas, violências materializadas em paisagens tristes marcadas por tapperas, espoliações, desmatamentos e danos socioambientais.

Felizmente, diante dessas múltiplas territorialidades da urgência impostas pelo capital, “estão ocorrendo ações comunitárias que respondem com a carne e com a alma” (entrevista de 11/08/2024). É nos encontros familiares e de vizinhança, nas peñas, juntadas, assembleias e feiras que vão sendo tecidas, pouco a pouco, novas formas de ordenamento comunitário: espaços como reservas hídricas e culturais, territórios indígenas, territórios da pecuária familiar, sítios sagrados e patrimoniais comunitários, como em Villa Cerro Azul, Agua de Oro, Río Ceballos, Villa Allende, Dique Chico, Anisacate, Cosquín, Villa Ciudad Parque, Santa Rosa de Calamuchita, entre outros. Em todos esses lugares, reconstruem-se resistências e reexistências, em um silencioso processo de levante e sustentação territorial mantido entre aqueles que habitam e defendem o monte e aqueles que, vivendo na cidade, defendem os bens comuns, conscientes de que os alimentos e a água provêm de territórios habitados por pessoas que necessitam de apoio para enfrentar cada novo processo de espoliação.

Como expressou Mabel Vekik, com o copo de lata erguido na pequena escola rural de San Fernando, no alto das Serras, em 2022, por ocasião da patrimonialização dos territórios agropastoris serranos:

acá estamos las serranas, los serranos, baqueanos, hippies y guardaparques, maestras y carníceros, bebiendo del arroyo como el ternero, con el cobijo de las rocas como el carnero, compartiendo entre todos, para defender todo lo común que con el monte tenemos. (Palabras en conmemoración del aniversario y patrimonialización de la escuelita rural de San Fernando 21-08-2021).

Quando Mabel termina, Sara completa:

Acuerdo con vos Mabel en tan lindas palabras. Y me duele tener que sumarle que me avisó recién Roberto que otra vez encontró vacas baleadas, dos muertas y tres heridas echadas, son las últimas que nos quedan. Desde que la minera supuestamente compró las 1100 hectáreas donde vivimos las 3 familias que quedamos de las 7 que éramos en el campo, sólo han hecho circuitos de enduro, han incendiado y nos han matado las vacas, las ovejas y caballos. ¿Cómo nos defendemos? Ya fuimos a la justicia y nada. A la policía y nada. A seguridad ciudadana y nada. NO es llamativo que pase esto acá y también en Berrotarán donde otra minera está cerrando caminos públicos y maltratando a los habitantes serranos y los animales, o en San Agustín donde una cantera está haciendo lo mismo con los animales y silenciando a un pueblo entero que respira cal y cuyos jóvenes se van hartos de lidiar con un progreso tóxico y contaminante del aire (Palabras en conmemoración del aniversario y patrimonialización de la escuelita rural de San Fernando 21-08-2021).

#### **4 MEGAMINERAÇÃO DE PEDREIRAS E MEGA LOTEAMENTOS, MEGA-RESISTÊNCIAS EM CURSO**

Desde meados da década de 2000, os projetos minerários e os loteamentos destinados a condomínios fechados se intensificaram em razão de alterações no Código de Mineração e na Lei de Cadastro Provincial, que viabilizaram a continuidade das explorações em novas frentes, com controles ambientais mais flexíveis, a partir do Decreto n.º 2.131/2000 e da atuação do Comitê Técnico Interdisciplinar da Secretaria de Ambiente, majoritariamente composto por representantes de interesses empresariais no interior do Estado. Nesse período, inaugura-se uma nova etapa de tentativa de des-serranização, marcada por grandes incêndios (Argañaraz et al., 2021; Deon, 2022; Cingolani et al., 2022) e por megaobras que favorecem o acaparamento hídrico em propriedades privadas, por meio de lagoas de retenção e projetos de privatização das margens de reservatórios e rios. A isso se soma o cercamento de cursos d'água, o que tem mobilizado moradoras e moradores de localidades dos departamentos de Calamuchita, Colón, Punilla e Santa María (Martina et al., 2020).

O caso da Minera El Gran Ombú, em Villa Allende, figura entre os mais violentos, ao lado do loteamento La Deseada, em La Calera. Nos territórios pecuários serranos das Serras Chicas, os conflitos com a mineração ou com empresas imobiliárias como SADE S.A.<sup>6</sup>, e Landsur — em localidades como Alta Gracia, Cosquín ou Río Ceballos — apresentam modos de atuação semelhantes e, em alguns casos, ultrapassam as fronteiras provinciais. Quando não se trata de empresas privadas, é o próprio Estado provincial que, sem aviso prévio, inicia obras de infraestrutura viária, como autovias que destroem casas, currais e animais, a exemplo do ocorrido na Comuna de San Roque ou em Bialet Massé.

As tensões e disputas territoriais seguem promovendo processos intensos de desterritorialização em Córdoba, sendo a população rural, os bairros periurbanos populares e as famílias pecuaristas aqueles que continuam a resistir. O acelerado processo de metropolização vivido pela província, impulsionado pelo capital especulativo imobiliário e pelo avanço minerário promovido por empresas extrativistas, atenta não apenas contra a pecuária, mas também contra os processos ecossistêmicos que ela sustenta juntamente com a população local. Trata-se do conjunto de paisagens serranas e de seus domínios morfoclimáticos, nos quais se articulam espécies nativas e introduzidas, conformando bosques mistos de amoreiras, figueiras, olmos, chañares, algarrobeiras, molles e espinilhos, habitados por vacas, raposas, pumas, cães e inúmeras outras formas de vida que, ao longo de séculos, construíram bosques de altitude nos antigos parajes de tropeiros, nas cumeadas das serras.

São pequenos bosques em quebradas, onde casas de pedra, cal, adobe e madeira sustentam modos de vida baseados em pomares, criação de animais de granja e espaços de encontro comunitário, nos quais saberes são compartilhados cotidianamente com estudantes, caminhantes e vizinhos do campo próximo. O avanço da territorialidade do capital atenta contra tudo isso — e contra muito mais — oferecendo grandes volumes de recursos para poucas pessoas, ao custo de destruição excessiva para impor o domínio morfoclimático por meio de espoliações, catástrofes e riscos permanentes. Pergunta-se, então, se tamanha destruição é hoje a condição necessária para a reprodução do capital.

---

<sup>6</sup> Algumas notas sobre fraudes relacionadas à venda ou à execução de loteamentos em territórios serranos podem ser recuperadas a partir de diferentes coberturas jornalísticas, como a publicada pelo Opencity.tv, que trata do caso de Río Ceballos e dos detalhes apresentados pela municipalidade sobre um empreendimento denunciado por moradores (Disponível em: <https://www.opencity.tv/rio-ceballos-la-municipalidad-dio-detalles-del-emprendimiento-denunciado-por-vecinos/>). Acesso en: 26 dic. 2025); a reportagem do InfoDelEstero.com, que aborda a atuação da empresa cordobesa SADE Desarrollos, a qual prometeu bairros fechados e deixou cerca de 700 famílias santiagueñas com terrenos sem serviços básicos (Disponível em: <https://infodelestero.com/2025/05/26/sade-desarrollos-la-empresa-cordobesa-que-prometio-barrios-cerrados-y-dejo-a-700-familias-santiagueñas-con-terrenos-sin-servicios/>). Acesso en: 26 dic. 2025); e, ainda, a matéria do jornal La Voz, que informa sobre a reabertura de uma causa judicial relacionada ao aval concedido a um empreendimento turístico serrano (Disponível em: <https://www.lavoz.com.ar/regionales/reabren-causa-judicial-por-aval-un-emprendimiento-turistico-serrano/>). Acesso en: 26 dic. 2025).

“Um asado não é de ninguém e é de todos”, afirmava historicamente Jorge Cafrune, músico argentino. Contudo, o asado converteu-se, recentemente, não apenas em um mecanismo de encontro coletivo e de celebração, mas também em instrumento de negociação e de cooptação de interesses por parte dos setores minerário e urbanístico. Os loteamentos não se definem apenas em escritórios ou em campos de golfe, como analisado em trabalhos anteriores (Deon, 2024). Conforme relata um entrevistado que participou desses asados nos quais se aprovam loteamentos e empreendimentos minerários:

los asados de la familia Lugón, propietaria de la minera El Gran Ombú S.A. y de Cantera Diquecito o los asados de empresarios como los judicializados de empresas como Euromayor, SADE, Landsur, Proaco, entre otras, han sido motivo de encuentro entre políticos, empresarios y técnicos que buscan autorizaciones ambientales para sus proyectos pretenden hacer legales en territorios donde son ilegales. Muchos políticos y técnicos tienen tablas y cuchillos de estas empresas de recuerdo de asados donde se ‘cocinaron’ proyectos inviables legalmente. Proyectos que se concretaron tras un convencedor y ensobrado asado, como dice Daniel Moyano en su libro Los Pájaros Exóticos, y sí ahí los del comité técnico interdisciplinario se iban con tablita, cuchillo y sobre con dinero bajo el brazo y los empresarios se quedaban con la garantía de un nuevo proyecto minero aprobado o un nuevo loteo. Esto ha sido investigado denunciado y hasta judicializado en la causa de Ticupil S.A. en Candonga, por ejemplo<sup>7</sup> (Entrevista a S.C. del 18-09-2019).

Esses assados constituem um exemplo de resistência no território de Villa Allende:

Antes la minera nos compraba un ternero para asados frecuentes, pero cuando conocimos que ellos mandaban a balearnos los animales o nos incendiaban los campos para desalojarnos, no sólo les dejamos de vender, los denunciamos y nos sumamos a las marchas contra ellos, hace poco quisieron comprarnos unos caballos para un centro de equitación que hicieron llamado La Granja del Sr. Brito, un predio que se lo clausuró policía ambiental 3 veces por desmonte, les dijimos que no al saber que ese centro ‘educativo’ no fue autorizado y además ellos lo presentan como una remediación del impacto social que generan con la minera. Por eso volvimos a la calle a manifestarnos y decir: Fuera Minera El Gran Ombú de las Sierras<sup>8</sup> (Entrevista a G.R. del 11-09-2023).

---

<sup>7</sup> O caso da Ticupil S.A. é central, pois se trata de uma ação judicial que tramita há cerca de dez anos, originada a partir da demanda da Assembleia de Moradores do Chavascate contra um loteamento realizado em área protegida, com incêndios no território de famílias agrofamiliaras e com a anuência do então Secretário de Ambiente, atualmente imputado como cúmplice. O conflito e a recente decisão judicial que ordena a paralisação do loteamento em zona protegida foram noticiados por La Tinta (Disponível em: <https://latinta.com.ar/2025/08/01/candonga-conflicto-fallo-judicial-ordena-paralizar-loteo-zona-protectora/>). Acesso en: 26 dic. 2025). Já o caso da empresa El Gran Ombú foi analisado em Deon (2019) e amplamente abordado em diferentes reportagens jornalísticas, como a publicada pelo Difusión Noticias, que aponta a empresa como responsável por um projeto extrativista em Villa Allende (Disponível em: <https://difusionnoticias.com.ar/la-empresa-el-gran-ombu-es-la-responsable-de-un-proyecto-extrativista-en-villa-allende/>). Acesso en: 26 dic. 2025), e a matéria do El Resaltador, que alerta para os riscos da megamineração sobre a reserva natural de Villa Allende (Disponível em: <https://elresaltador.com.ar/megamineria-en-villa-allende-la-reserva-natural-esta-en-peligro/>). Acesso en: 26 dic. 2025).

<sup>8</sup> Para ampliar, ver: La Izquierda Diario. *Este 11 de diciembre también marchamos contra la megaminería que destruye nuestros bosques*. Disponível en: <https://www.laizquierdadiario.com/Este-11-de-diciembre-tambien-marchamos-contra-la-megamineria-que-destruye-nuestros-bosques>. Acesso en: 26 dic. 2025.

Essas facilidades estatais à territorialização do capital minerário e do negócio urbano consolidaram-se como marco normativo na região serrana dos departamentos aqui analisados (com exceção de Totoral), por meio das ações do Instituto de Planejamento da Área Metropolitana de Córdoba a partir de 2010, com as Leis n.º 9.841 e n.º 10.004, e, mais recentemente, com as Leis Provinciais n.º 10.936, que institui os Consórcios de Gestão Integrada de Bacias Agropecuárias, e n.º 10.208, da Política Ambiental, que complementa a Lei Nacional n.º 25.675. Esses marcos normativos têm facilitado a construção de obras hídricas privadas em benefício do agronegócio nas bacias baixas e do turismo e da mineração nas áreas serranas de bacia média e alta. Tais leis, somadas às novas investidas do capital após os incêndios dos anos de 2021–2022, ativaram renovadas expressões de luta e resistência das famílias pecuaristas serranas, em articulação com assembleias locais e com o Fórum Ambiental Córdoba, que, ao longo da década de 2020, apresentaram petições ao Estado e ajuizaram ações contra novos loteamentos e o avanço minerário.

De fato, esses sujeitos de luta passaram a integrar espaços coletivos que, de forma solidária e sororal — com perspectivas feministas e de gênero —, atuam contra a des-serranização por meio da implementação de conselhos de gestão municipais e comunais de Reservas Hídricas, da defesa de territórios sagrados indígenas, de sítios patrimoniais, de assembleias territoriais ou socioambientais, de brigadas florestais comunitárias, entre outras iniciativas voltadas a apoiar pessoas e famílias serranas afetadas por incêndios. Na reciprocidade dessas ações, os habitantes rurais abriram seus territórios a práticas coletivas universitárias envolvendo guarda-parques, geógrafos, agrônomos, técnicos, artistas e um amplo conjunto de agentes que contribuem para a reexistência daqueles que, por meio da pecuária de pequena escala, resguardam as bacias serranas, lutam por alimentos saudáveis e pela recuperação de sítios ancestrais ainda utilizados para a produção de alimentos, práticas espirituais, cuidados em saúde, pesquisa científica e educação em todos os níveis.

Paralelamente, os circuitos curtos de produção alimentar agroecológica enfrentam disputas no interior do próprio campo socioambiental, interpelados por correntes do veganismo e por um conservacionismo radical que, em grande medida, projeta serras sem pessoas e sem pecuária. Nesse contexto, o debate mais recente em nós, redes e feiras agroecológicas tem levantado questões como: deve-se incorporar a produção de carnes e de produtos de origem animal às redes agroecológicas e orgânicas? Como seguir acompanhando e sustentando a vida nas Serras para além dos riscos impostos pelos incêndios? As respostas têm emergido nas próprias práticas coletivas — locros, assados, cozinhas comunitárias, redes agroecológicas, festas e caminhadas —, por meio do compartilhamento das Serras e dos alimentos produzidos em seus territórios.

## 5 CONCLUSÕES

A desbovinização em curso vem encontrando resistências e reexistências que a confrontam e impõem limites a uma nova etapa de des-serranização atualmente em andamento. O que está em disputa não é a carne em si, tampouco o gado, mas a terra e a água nas bacias hidrográficas desta porção do Chaco Serrano semiárido. As vozes das lutas locais aqui apresentadas expressam uma territorialidade em construção, ancorada na pecuária familiar, no compartilhar, no dançar e também no definir coletivamente o rumo comum: a defesa da serrania como bem comum.

Os acontecimentos políticos recentes na Argentina, com a ascensão do fascismo ao Estado nacional, não fizeram senão legalizar despojos que já vinham sendo “cozinhados” em assados entre determinados políticos, técnicos alinhados e empresários, visando à miamização e à europeização das paisagens serranas. A província de Córdoba, “criada desde potrillo”, parafraseando Horacio Guarani, gestou o despojo nacional hoje institucionalizado no governo de Milei. Em contraposição, as mãos de pirqueiros do cerro, de serranas e serranos pluriativos na produção de alimentos, na colheita de ervas, na alvenaria, no cercamento, na limpeza, bem como nas festas com cantos, danças, poesias e vozes que ressoam como chocalhos nas serras, expressam, após o golpe do capital, um grito coletivo: a manifestação ardente de quem resiste, judicialmente e nas ruas, ao acaparamento das Serras.

Os açouges comerciais podem ter se expandido, mas a perda de matadouros e frigoríficos locais e o fechamento de estabelecimentos pecuários familiares promoveram o despovoamento progressivo da serrania. Ainda assim, trilhas, margens de riachos, pircados, currais, taperas e escolas abandonadas vêm sendo ressignificados como lugares de encontro, de patrimonialização e de luta, para que o despovoamento rural total das serras não se concretize. É isso que desejam — e vêm alcançando — guias serranos, escoteiros, professoras, guarda-parques, brigadistas, habitantes periurbanos, ciclistas e inúmeras pessoas que cuidam desses territórios ao coabitá-los com o monte, sua gente e seus animais.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios morfoclimáticos na América do Sul: primeira aproximação. *Revista Geomorfologia*, São Paulo, 1977.

AGROFY NEWS. **Mapa cárnico de la provincia de Córdoba.** Disponible en: <https://news.agrofy.com.ar/noticia/157377/mapa-carnico-provincia-cordoba>. Acceso en: 26 dic. 2025.

ARANDA, Diego; MOVSESIAN, Lucía. Incendios forestales en el Valle de Paravachasca (Córdoba): fragmentaciones, intereses y disputas a partir de las formas de organización comunitaria y su politización e institucionalización en el territorio. In: **Congreso Argentino de Antropología Social**, 12., 2021, La Plata. Anais [...]. La Plata, 2021.

ARCEO, Nicolás. La evolución del ciclo ganadero argentino en la segunda fase del modelo sustitutivo de importaciones. **América Latina en la Historia Económica**, v. 24, n. 3, p. 161–192, 2017.

ARGAÑARAZ, Juan Pablo *et al.* Fire incidence along an elevation gradient in the mountains of central Argentina. **Ecología Austral**, v. 30, n. 2, p. 268–281, 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.25260/EA.20.30.2.0.1054>. Acceso en: 26 dic. 2025.

ARGIBAY, Daihana Soledad; RENISON, Daniel. Efecto del fuego y la ganadería en bosques de *Polylepis australis* a lo largo de un gradiente altitudinal en las montañas del centro de la Argentina. **Bosque (Valdivia)**, Valdivia, v. 39, n. 1, p. 145–150, 2018. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92002018000100145>. Acceso en: 26 dic. 2025.

BALMACEDA, Nadia Alexandra; DEON, Joaquin Ulises Favre. Configuración de tramas comunitarias y autonomías alimentarias agroecológicas en Sierras Chicas, Córdoba, Argentina (1985–2025). **Intersticios de la Política y la Cultura. Intervenciones Latinoamericanas**, Córdoba, v. 14, n. 27, p. 93–138, jan./jun. 2025. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/intersticios/article/view/48405>. Acceso en: 26 dic. 2025.

BALMACEDA, Nadia Alexandra; DEON, Joaquin Ulises. Sistemas alimentario-nutricionales agroecológicos en Argentina: ¿desterritorializando al agronegocio en la provincia de Córdoba? **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 32, n. 1, p. 158–176, 2021.

BERNARDELLO, Gabriel *et al.* **Flora de la Provincia de Córdoba**. 1. ed. Córdoba: Editorial UNC, 2025.

BUSTOS MANTOVANI, Melina. El paisaje de las Sierras de Comechingones atravesado y (re)significado por mujeres caminantes. **Cardinalis**, n. 21, p. 57–76, 2024.

CELTON, Dora. Una reducción de viles en Córdoba. **Revista de la Junta Provincial de Historia de Córdoba**, n. 14, p. 67–120, 1991.

CENSO NACIONAL AGROPECUARIO (Argentina). **Resultados definitivos – CNA 2018**. Buenos Aires: INDEC, 2021. Disponible en: [https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/economia/cna2018\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/economia/cna2018_resultados_definitivos.pdf). Acceso en: 26 dic. 2025.

CINGOLANI, Ana *et al.* La ganadería extensiva: ¿es compatible con la conservación de la biodiversidad y de los suelos? **Ecología Austral**, v. 18, n. 3, p. 253–271, 2008.

CINGOLANI, Ana M. *et al.* La vegetación de las montañas de Córdoba (Argentina) a comienzos del siglo XXI: un mapa base para el ordenamiento territorial. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, Córdoba, v. 57, n. 1, p. 1–17, jan./mar. 2022. Disponible en: <https://doi.org/10.31055/1851.2372.v57.n1.34924>. Acceso en: 26 dic. 2025.

DE MOUSSY, Victor Martín. **Description géographique et statistique de la Confédération Argentine**. v. 3. Paris: Firmin Didot Frères, 1864.

DEON FAVRE, Joaquin Ulises. **Luchas por la tierra y el agua en Sierras Chicas, Córdoba (1990–2020)**. 2022. Tesis (Doctorado en Estudios Sociales Agrarios) – Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2022. Disponible en: <https://rdu.unc.edu.ar/items/f832575b-86b4-4f7e-9f2d-c567dc1228e8>. Acceso en: 26 dic. 2025.

DEON, Joaquin Ulises *et al.* Patrimonio serrano: luchas territoriales de la comunidad de Villa Allende. **Revista del Museo de Antropología**, v. 15, n. 3, p. 151–168, 2022. Disponible en: <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v15.n3.33374>. Acceso en: 26 dic. 2025.

DEON, Joaquin Ulises. Desmontando bosque, sumando luchas sociales: territorialidades y alternativas en el desastre ambiental argentino. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, n. 70, p. 151–169, 2021.

DÍAZ, María Guillermina; DEON, Joaquin Ulises. Co-producción de conocimiento y reconfiguraciones de las luchas en la provincia de Córdoba, Argentina. **Revista Geografares**, v. 6, n. 42, en prensa.

DOBRIZHOFFER, Martin. **Historia de Abiponibus**. Viennae: Typis Josephi Nob. De Kurzbek, 1784.

FRATINI, Noemí. El proceso productivo de una planta frigorífica y su incidencia en la configuración territorial de Río Segundo. **Cardinalis**, n. 1, 2013.

FURLONG, Guillermo. Las regiones rioplatenses a mediados del siglo XVIII, según noticias de Florián Baucke. **Anales de la Sociedad Argentina de Estudios Geográficos**, Buenos Aires, t. 4, n. 2, p. 209–229, 1935.

GAIDO, María Fernanda; SAPP, Mari; GOZÁLVEZ, Martín R. **Carta de Minerales Industriales, Rocas y Gemas – Hoja 3163-III Córdoba**. Buenos Aires: SEGEMAR, 2015.

GIBERTI, Horacio. **Historia económica de la ganadería argentina**. Buenos Aires, 1961.

HOCSMAN, Luis Daniel; PREDA, Graciela. Agriculturización y bovinización: la renovada territorialización capitalista en Córdoba. In: **IV Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales**. Buenos Aires: UBA, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). **Censos Nacionales Agropecuarios 1988, 2008 y 2018; Censos Nacionales 2010 y 2022**. Buenos Aires: INDEC. Disponible en: <https://www.indec.gob.ar>. Acceso en: 26 dic. 2025.

JIMÉNEZ-ESCOBAR, David; MARTÍNEZ, Gustavo. Plantas que mantienen al ganado. **Boletín de la Sociedad Argentina de Botánica**, v. 54, p. 617–635, 2019.

MARTINA, Emilia; BARRI, Fernando; DEON, Joaquin. Desarrollo urbano en las Sierras de Córdoba. **Quid 16: Revista del Área de Estudios Urbanos**, n. 14, p. 187–214, 2020.

MONTAIUTI, Magalí Luciana Paz. Subordinación al capital en unidades domésticas campesinas de Córdoba. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 49, p. 1–19, 2019.

MONTES, Aníbal. **Cami-Chin-Gon, serranías con pueblos numerosos**. Córdoba: Repositorio Digital Americanistas, UNC, 1950.

PAUCKE, Florian. **Hacia allá y para acá**. 3 v. Tucumán–Buenos Aires: Universidad Nacional de Tucumán, 1942.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; PEREYRA SANTOS, V. **Dos Cerrados e de suas riquezas**. Rio de Janeiro: FASE; CPT, 2019.

QUIRÓS, Julieta. Nacidos, criados, llegados. **Cuadernos de Geografía**, p. 271–287, 2021.

REYNA, Pablo. **Crónica de un renacer anunciado**. Córdoba: Editorial ECOVAL, 2021.

SERVICIO NACIONAL DE SANIDAD Y CALIDAD AGROALIMENTARIA (SENASA). **Estadísticas bovinas**. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/senasa>. Acceso en: 26 dic. 2025.

Direitos autorais 2025 – Revista de Direito Socioambiental – ReDiS

Organizadores:

Liliane Pereira Amorim;

Karla Karoline Rodrigues Silva;

Isabel Christina Gonçalves Oliveira;

Giovana Nobre Carvalho.

Editor responsável: Thiago Henrique Costa Silva.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](#).